

A blurred night photograph of a street scene, featuring vertical light streaks and bokeh effects from streetlights, creating a warm, golden-yellow glow against a dark background.

PLANO DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL DA CIMBAL

RETIFICAÇÃO DO PAMUS DO BAIXO ALENTEJO

JULHO 2016

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, resultante do Acordo de Parceria Portugal 2020 e dos textos dos Programas Operacionais, desenvolveu um Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) para a sub-região, documento que tem como objetivo central enquadrar o apoio financeiro que os municípios pretendem candidatar aos respetivo Programa Operacional Regional para a concretização das tipologias de ações no âmbito da Prioridade de Investimento 4.5 *“Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para atenuação”*.

No âmbito do PAMUS desenvolvido, entregue à Autoridade de Gestão do Alentejo 2020 em março de 2016, foi emitido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT), ao abrigo do processo de validação do PAMUS, um parecer sobre a sua elaboração, metodologia e conteúdos, o qual foi devidamente analisado na tentativa de suprir as lacunas apontadas ao documento.

Desta forma, o presente documento pretende dar resposta ao conjunto dos apontamentos efetuados pelo IMT às diversas fases do PAMUS do Baixo Alentejo, com o objetivo principal de haver uma reavaliação do documento entregue e sua respetiva aprovação.

2. RETIFICAÇÃO DO PAMUS DO BAIXO ALENTEJO

2.1. FASE I - CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

REFERÊNCIA IMT: *“A caracterização e diagnóstico são bastante extensas, mas algo desequilibradas, faltando, de uma forma geral, alguma uniformização e seleção dos elementos a incluir, assim como levantamentos diretos da informação relevante, baseando-se nos elementos fornecidos pelos municípios, que são díspares.”*

ANÁLISE: O território em análise não é homogéneo e a quantidade e qualidade da informação existente é distinta entre os municípios, o que, em certa medida, origina a que possa haver maior pormenor em alguns municípios em relação a outros.

O PAMUS, tal como define o aviso, e dado o curto prazo de execução (4 meses), foi sustentado num conjunto de indicadores estatísticos de base e suportado, em larga medida, em dados oficiais existentes, sejam os do INE, sejam os de outras entidades onde se integram as câmaras municipais. Embora concordemos na integra com a importância da existência bons dados de base para o planeamento da mobilidade, entendemos não ser exequível, num tão curto prazo de tempo, realizar um conjunto alargado de levantamentos sobre as diversas áreas de interesse para este documento.

REFERÊNCIA IMT: *“Nota-se por um lado um excessivo detalhe em algumas caracterizações de alguns municípios ou áreas (ex. município de Beja; a caracterização dos caminhos pedonais ou serviços expresso), e, por outro lado, a falta de uma avaliação global de áreas fundamentais, como os serviços de transporte público ou o transporte escolar, ou o diagnóstico e uma visão global das diversas componentes para a CIM.”*

ANÁLISE: Como referido, existem municípios que pela maior ou menor complexidade tiveram abordagens diferenciadas, de maior ou menor pormenor. O município de Beja é, no contexto do Baixo Alentejo, um dos que justifica maior pormenor pois apresenta características bastante idiossincráticas dos demais, não se pedindo que em outros municípios houvesse pormenorização de algumas componentes que não existem ou não têm expressão.

A componente do transporte público foi abordada com base na informação que as autarquias disponibilizaram. Efetivamente, a informação do SIGGESC seria um contributo fundamental, contudo a CIMBAL nos diversos contactos que estabeleceu nunca conseguiu uma resposta do IMT e o respetivo envio da informação para utilização no âmbito do PAMUS.

Contudo, no que concerne ao transporte público e ao transporte escolar, se se considerar fundamental e se nos for disponibilizada a informação, estamos inteiramente disponíveis para efetuar as devidas análises e incluir as respetivas componentes no PAMUS.

REFERÊNCIA IMT: *“De uma forma mais concreta. por exemplo, no que toca aos modos suaves, a caracterização e diagnóstico inventaria todos os planos, ações, medidas existentes e previstas na área por cada município de uma forma extensa e detalhada, faltando, no entanto, uma visão global para o território.”*

ANÁLISE: A presente fase diagnostica tudo aquilo que é referido em cima, informando sobre as especificidades do território em causa nesta matéria, bem como as lacunas existentes. É nosso entendimento que não compete à caracterização e diagnóstico definir a visão para o território, estando essa visão plasmada na Fase II em sede de estratégia.

REFERÊNCIA IMT: *“Ao nível dos TP a caracterização dos TP intra e interconcelhios, de elevada importância para a CIM, tanto mais com as novas atribuições, é insuficiente ou inexistente. Por outro lado, é feita uma análise de grande detalhe para os serviços expresso. Verifica-se ainda que o diagnóstico dos serviços de transporte existentes não realizado de uma forma abrangente, tendo sido identificada a falta de alguns serviços como o serviço de transporte em Ourique (rural, urbana e do concelho) ou o de Serpa.”*

Observa-se que não há qualquer análise ao transporte escolar, que se entende como fundamental na região. Não são também considerados dados existentes e que poderiam ajudar à caracterização como são os do sistema SIGGESC.”

ANÁLISE: A informação sobre a rede de transportes disponível ao nível dos municípios é escassa, facto que levou à existência de limitações na elaboração do capítulo respetivo. A informação referente ao SIGGESC possibilitaria desenvolver mais esta componente, contudo, a sua inexistência em tempo útil de realização e entrega do PAMUS não possibilitou um maior desenvolvimento desta componente.

No que concerne à informação do serviço de Serpa houve, de facto, uma omissão no PAMUS, facto que já corrigimos e incluímos no relatório com a informação que nos havia sido enviada pela câmara municipal. No que concerne ao município de Ourique, não dispondo de informação, estamos disponíveis para envidar os esforços necessários para recolher a informação que possibilite caracterizar esta componente.

REFERÊNCIA IMT: *“Ao nível dos indicadores recolhidos e analisados, estes baseiam-se nos dados relativos à mobilidade pendular disponibilizados pelo INE, não sendo efetuados quaisquer levantamentos que permitam apoiar a análise.”*

ANÁLISE: Tal como referido, a análise baseou-se na informação existente, essencialmente de fontes oficiais como alude o aviso de elaboração do PAMUS. Não era exequível que fosse desenvolvido, à luz do prazo de execução e do montante financeiro envolvido nos PAMUS, por exemplo um inquérito à mobilidade para a sub-região.

REFERÊNCIA IMT: *“Foram realizados inquéritos sobre as interfaces e os TIC aos municípios. Trata-se, no entanto, de um método não direto de recolha de informação, que não é verificada e a que só parte dos municípios respondeu, o que tem implicações na qualidade do diagnóstico.”*

ANÁLISE: Foram criados métodos ágeis de interação com os municípios para recolha de informação adicional à que os municípios dispunham tendo, cada um deles participado no preenchimento de *checklists* de avaliação das componentes de interfaces e TIC.

Reforça-se que, pela inexistência de informação de base nestas matérias, este foi o modelo encontrado que pudesse, à luz do prazo de execução e do montante financeiro envolvido no PAMUS, responder ao solicitado e justificar as eventuais necessidades de reforço destas componentes nos diversos municípios, nomeadamente no que concerne à rede de interfaces.

REFERÊNCIA IMT: *“Outro problema existente é a desatualização dos dados apresentados. Por exemplo, entre outros, a caracterização do estacionamento baseia-se em dados de 2008.”*

ANÁLISE: Foi efetivamente utilizada informação resultante dos Planos de Mobilidade Sustentável para os municípios de Ourique, Mértola e Serpa, documentos que os municípios envolvidos consideraram válidos por entenderem que a situação plasmada nesses documentos é, ao momento presente e de forma substancial, atual, não tendo ocorrendo mutações significativas.

2.2. FASE II - IDENTIFICAÇÃO DE CENÁRIOS, OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

REFERÊNCIA IMT: *“Em primeiro lugar, realça-se que não foram realizados quaisquer cenários, estando esta componente em falta.”*

ANÁLISE: Em sede de um PAMUS, entendemos não ser muito relevante a elaboração de cenários evolutivos que reflitam a incerteza das principais variáveis que influenciam a mobilidade porquanto o ponto de chegada (i.e. as propostas) está definido à partida por todos os intervenientes no processo. Efetivamente, não haverá alteração das propostas mesmo que sejam definidos um conjunto diferenciados de cenários.

Não obstante, a Fase II foi alterada, incluindo-se, agora, a cenarização.

REFERÊNCIA IMT: *“Relativamente aos Objetivos, são considerados 13 objetivos estratégicos. É depois proposto, por tema, a correspondente estratégia de intervenção (modos suaves, transporte rodoviário individual, transporte público partilhado, interfaces e logística). Não é definida uma estratégia global para a CIM.”*

ANÁLISE: Toda a Fase II constitui a estratégia para a sub-região, desenvolvida por área temática. Contudo, reformulamos o documento da presente, existindo, agora, uma estratégia global para a sub-região.

2.3. FASE III - FORMULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

REFERÊNCIA IMT: *“Na fase de formulação e avaliação das propostas são desde logo elencadas as medidas / ações propostas por município. Não são elencadas propostas globais, nem definidas metas, não existindo justificação das metas para a globalidade da CIM.”*

ANÁLISE: O PAMUS define, para além de um conjunto de propostas municipais, um conjunto de propostas intermunicipais (globais).

As metas a atingir no âmbito do PAMUS são as definidas em sede do Programa Operacional Regional e que se encontram plasmadas na Fase IV - Programa de Ação, mencionando-se o contributo da sub-região do Baixo Alentejo para o cumprimento dos objetivos globais da região do Alentejo.

REFERÊNCIA IMT: *“Ao nível da tipologia das medidas apresentadas, só são consideradas as tipologias da prioridade de investimento 4.5., e mesmos estas não na sua totalidade, verificando-se que algumas medidas não são enquadradas em tipologia.”*

ANÁLISE: O PAMUS, define o seu aviso, resulta do texto do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais, competindo-lhe enquadrar o apoio financeiro que os municípios pretendam candidatar ao respetivo Programa Operacional para a concretização das tipologias de ações no âmbito da PI - prioridade de investimento 4.5.

O pressuposto seguido para o PAMUS foi o de definir quais as ações que se inscrevem em qualquer uma das 7 tipologias de medida desta prioridade de investimento, não ignorando outras ações em matéria de mobilidade que, não sendo enquadráveis nesta PI, eram consideradas importantes na estratégia da sub-região de forma global, ou de um município de forma isolada.

Entendemos que o PAMUS não tem obrigatoriamente de conter ações em todas as tipologias de investimento porquanto nos parece extremamente forçado que algumas dessas tipologias de investimento tivessem pertinência e aplicação na maioria do município, e em particular nos do Baixo Alentejo. Como exemplo entendemos ser extremamente questionável a pertinência da definição de ações em matéria de sistemas de controlo de tráfego rodoviário ou a definição de corredores de elevada procura como sejam as vias BUS, BRT ou LRT para o Baixo Alentejo.

Não obstante, e face aos apontamentos efetuados, procedemos à alteração da Fase III, tendo sido criadas tipologias de medida adicionais às definidas em sede do Portugal 2020.

REFERÊNCIA IMT: *“Na avaliação das propostas, o cruzamento das propostas com os objetivos é feito de uma forma muito sintética, e mesmo incompleta. Nota-se que alguns objetivos estratégicos não têm ações e que as ações de “outras tipologias” não são afetas aos objetivos estratégicos o que deveria acontecer.”*

ANÁLISE: A avaliação das propostas foi efetuada pelo conjunto das tipologias de medida e avaliada pela forma como cada tipologia contribui para o alcance dos objetivos definidos. Os objetivos estratégicos que não dispõem de ações, por lapso não foram preenchidos na coluna final de avaliação. Estes objetivos são cumpridos com bases em ações que não são, de forma geral, elegíveis no âmbito da tipologia 4.5.

Na tentativa de suprir as lacunas detetadas, procedeu-se à alteração da Fase III, existindo agora o cruzamento dos objetivos com as “outras tipologias”.

2.4. FASE IV - PROGRAMA DE AÇÃO DO PAMUS

REFERÊNCIA IMT: *“O presente PAMUS apresenta ações que ascendem a um valor global de 120.384.498 euros. São consideradas ações com “multitipologia” ou “sem tipologia” que deveriam ser agregadas e tipificadas.”*

ANÁLISE: As ações multitipologia são ações para as quais foram selecionadas duas ou mais tipologias de medida dentro da PI 4.5, tal como demonstrado na tabela síntese das ações. As restantes ações que não se enquadram no âmbito da PI 4.5, não têm, ao abrigo do Portugal 2020, uma tipologia definida. Contudo, na tentativa de colmatar os pontos referenciados pela IMT foram tipificadas e identificadas, no âmbito da presente fase, as tipologias de medida que não se enquadram na PI 4.5.

REFERÊNCIA IMT: *“As propostas são apresentadas por município, com fichas de ação para cada medida apresentada. É também apresentada uma tabela com as propostas de carácter intermunicipal, que se encontram bastante incompletas, não incluindo estimativa de custos, calendário de execução, fontes de financiamento e o contributo para os indicadores.”*

ANÁLISE: As propostas intermunicipais são indicativas das intenções do conjunto dos municípios e da CIM, sendo, em grande parte delas, de difícil definição das componentes supramencionadas porquanto as entidades envolvidas não dispõem de informação suficiente para proceder a essa caracterização.

2.5. ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO PAMUS

REFERÊNCIA IMT: *“Quanto à monitorização, o presente documento apenas sublinha de uma forma geral a importância da monitorização, sendo apresentados um conjunto de indicadores exemplificativos –os indicadores obrigatórios no Reino Unido e uma tabela por área temática (com campo e descrição). Não é referido que estes indicadores sejam obrigatórios no âmbito do PAMUS, pelo que se entende ser este capítulo insuficiente.”*

ANÁLISE: Os indicadores obrigatórios estão definidos em sede do Programa Operacional Regional para a PI 4.5 e mencionados no documento referente à Fase IV - Programa de Ação. Neste mesmo documento é demonstrado o contributo da sub-região do Baixo Alentejo para o cumprimento das metas definidas a nível regional. Adicionalmente aos dois indicadores obrigatórios definidos em sede do PO Regional foram indicados um conjunto de outros indicadores opcionais a utilizar em fase de monitorização.

Foram efetuadas alterações a esta componente, distinguindo-se os indicadores obrigatórios dos opcionais.

2.6. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

REFERÊNCIA IMT: *“Não há também qualquer menção no presente PAMUS à participação pública realizada ou a realizar.”*

ANÁLISE: No âmbito da realização do PAMUS foram envolvidos os atores considerados relevantes para um documento desta natureza. Desta forma, foram efetuadas diversas reuniões de conjunto com os municípios bem como reuniões individualizadas, tanto nas instalações da CIM como nas instalações de cada autarquia.

A Fase IV do PAMUS define o modelo de governação do PAMUS deixando liberdade à entidade gestora a realização de ações de participação pública futura mas limitando-a às ações de carácter mais estruturante sob pena de paralisação ou dificuldade de execução do PAMUS.

O modelo de governação proposto define a criação de uma comissão de acompanhamento composta por um conjunto de entidades relevantes para a sub-região e cujas atribuições se encontram definidas em sede do PAMUS.

Face aos apontamentos efetuados para esta fase, procedeu-se à alteração da componente do acompanhamento, monitorização e participação pública, incluindo, agora, todas as ações realizadas durante a fase de elaboração do PAMUS e também um cronograma temporal contendo as reuniões e ações de participação pública a realizar durante a fase de implementação do PAMUS.

